

# memória

Paulo Bertran Wirth Chaibub nasceu em Anápolis, no dia 21 de outubro de 1948. Historiador goiano, Paulo Bertran reinventou a história da região, ampliando seus horizontes. Primeiro, aproximou-se de uma regionalidade mais tradicional firmada pelo olhar de certa Geografia, Centro-Oeste. Noutra perspectiva mais arguta, cunhou a expressão **cerratense**, aproximando a diversidade de culturas em torno do bioma cerrado. As duas capitais (Goiânia e Brasília) se aproximaram, reverenciando seu lugar de origem e sua relação com o passado. Sua **História da terra e do homem do Planalto Central** (1994) alcançou maior universalidade ao indicar o Planalto Central como delimitação da região pesquisada. Essa opção permitiu ao autor responder aos anseios identitários tanto de goianos quanto de brasilienses.

Bernardo Élis, em apresentação ao livro de Bertran, afirma que, para escrever o seu romance histórico **Chegou o governador**, valeu-se mais dos escritos relacionados às capitânicas de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro do que dos de Goiás. A escassez documental e historiográfica é lamentada pelo romancista. Sensação semelhante foi descrita pelo historiador Victor Leonardi, ao afirmar que o livro repõe a identidade de Brasília, uma vez que os leitores “nunca mais vão poder se sentir assim, como uma espécie de habitantes de um vazio cronológico, ou de vítimas de uma amputação do próprio passado” (BERTRAN, 1997, p. 307).

Em um esforço de síntese, Paulo Bertran retrocede à pré-história do Planalto Central em direção aos mitos explicadores do mundo do cerrado, acompanhando o movimento das bandeiras e a fundação das vilas e das sesmarias. Nesse tempo longo, a exaustão do ouro perde a dimensão de matriz identitária, influência minúscula diante da herança do **homo cerratensis** moderno. A publicação da conferência **A memória consútil e a goianidade** (publicada originalmente na **Revista do ICHL**, em 1994) é uma homenagem da **Revista da UFG** ao historiador falecido em 2 de outubro de 2005, que reconheceu, no corpo torto e áspero das árvores do cerrado, a substância de uma cultura histórica.

NOÉ FREIRE SANDES

Professor do Departamento de História da UFG

## A MEMÓRIA CONSÚTIL E A GOIANIDADE ● Paulo Bertran

### I – A memória insuportável

Talvez seja da humana natureza construir-se de mitos e de mistificações. Essa parte ilusionária responde talvez pelo melhor e pelo pior que a diversificada natureza do homem e de sua civilização realizaram na História.

A disciplina da História deveria unificar tudo isso, ao real e ao imaginário histórico, mas não pode fazê-lo porquanto as auto-imagens ou os auto-estereótipos são indescoláveis da natureza humana e o

homem é incapaz de ver-se sem isso. Às vezes cogitamos se a lembrança da História não é insuportável ao homem.

Quem entre nós se lembra do que se passava neste dia, há dez anos, há cinco anos, há mesmo um escasso mês?

Nossas histórias de vida são amontoados de impressões erráticas de pulsões incompletas, de degenerações da memória. Alguém ao tentar reconstituir o passado acaba por transformá-lo em generalizações, em coisas que existiram e às vezes em coisas que sequer existiram. E que passam a existir, sem que ocorra qualquer espanto com isso. A história é a grande prostituta de todos nós: história e desejo de história é o que perseguimos.

A história de nossas vidas e de nosso tempo acaba sendo pouco mais do que uma sua auto-imagem fragmentada, uma síntese tosca do indivíduo, talvez feliz por libertar-se do peso da memória através da química benevolente dos neurônios cerebrais.

Ora, em indeterminado momento, as histórias do indivíduo e da coletividade se interpenetram.

Em que pese haver os chamados relatos e crônicas comumente escritos há quatro ou cinco mil anos, para efeitos práticos do cotidiano, o horizonte histórico individual e coletivo atinge no máximo três gerações, ou seja, o cidadão presente, seu pai e seu avô, com laivos de memórias, citações de seus tempos, somando um século no máximo.

Em condições normais, além de cem anos só há registro de excepcionalidades muito marcantes, generalidades históricas que aprendemos na escola.

Vamos exemplificar com um caso de história oral.

## **2 – A história vista no campo**

Há muitos anos venho realizando uma pesquisa informal sobre a preservação da memória oral entre os roceiros do planalto brasileiro: os pirenopolinos, os formosenses, os luzianenses, os corumbaenses e os cocalinhenses.

São analfabetos funcionais em geral. Em algum momento passaram por uma escola, mas em geral não viram utilidade em ler e escrever. Em contar sim, pois é de utilidade econômica diária. Mesmo assim, “de cabeça”, no “rumo” do ato, quase sempre correto.

Não têm esses meus caros informantes noção precisa de tempo. Para os mais curiosos o começo de tudo situa-se com a criação do

mundo por Jesus. Era um mundo muito plano, cheio de matos e de águas abundantes. Mas o homem (e um pouco menos, a mulher) tinham aprendido a falar e a tudo corromper com palavras. Veio então a “correição”, o dilúvio e, quando baixaram as águas, surgiu a atual natureza tormentosa, cheia de morros e erosões, terras fracas e pobreza geral de águas e de alimentos. E o fim de tudo também será o dilúvio, que está para acontecer a uns tantos anos. Pois há o dito de que de dois mil não passará.

Não há noção de tempo, de século. Há *no começo*, que é o dilúvio. Há o *antiguíssimo*, que é tempo dos bandeirantes.

Há *no tempo dos antigos*, que merece designar o século XIX. E finalmente o *tempo da “bisoravó”* que é aquele desde o qual se faz a memória presente, o tempo encadeado até o hoje. É quase sempre um resgate matrilinear: quem contou foi a mãe, a avó e essa estranha figura da “bisoravó”. Há famílias de origem setecentista no município de Cocalzinho, os Silva Moreira e os Abreu Lima em que não é estranho vir o sobrenome pela linhagem materna.

À época do plebiscito sobre formas de governo, perguntei ao Sr. Henrique Moreira no que ia votar. No Rei não, respondeu de bate-pronto, pois seria voltar à escravidão e à “recoluta”. Qual “recoluta”? A recruta da “guerra do Lopes”, respondeu-me sem pensar.

Eis a guerra do Paraguai lembrada em Cocalzinho de Goiás, sem dúvida por salvamento de alguma distante memória familiar ou coletiva traumatizada pelo recrutamento compulsório. Na família da minha mu- lher, que é mineira, também há uma legenda parecida, lembrando um rapaz aparentado salvo da Guerra do Paraguai, por cujo milagre mandou-se fazer um oratório.

A memória mais antiga porém é a dos índios e a dos “bandeirantes”. A denominação *bandeirantes* ou

*bandeiristas* parece ser um neologismo surgido em fins do século XVIII quando já se ia extinguindo na vida colonial esse tipo de instituição.

Em toda a região do planalto, há indícios de mineração. Quem a fez é uma indagação natural do roceiro. E a resposta socializada é o “bandeirante”.

Na verdade foi seu sexto ou sétimo avô o tal bandeirante, mas essa é uma memória de todo extinta, irreconhecível, pois que pertence ao reino *antiguíssimo* das assombrações, dos vultos, da mãe d’água, do “enterro” de ouro, do incognoscível.

Há uma lembrança indígena: a bisavó Joana Teiera, fazedora de telhas, pega a laço na fazenda Mato Seco (DF) e mantida presa um ano, até domesticar-se.

Há as memórias mais recentes. A “recoluta” dos Caiado. Os “revoltosos” de 1925 (que prometeram voltar) de quem são lembrados o Presto (Luis Carlos Prestes) e o “cancão (canhão?) de fogo” – Siqueira Campos. Isso porque andaram pela região, fazendo, na sua opinião, desordens e violências.

Não tem Henrique Moreira qualquer lembrança especial da colonização portuguesa, ou de Vargas ou de Juscelino ou dos governos militares, a não ser a do “Delfino Neto”, a partir de quando, na sua opinião, o próprio “Delfino”, em pessoa, manda comprar gado quando está barato e manda vender quando fica caro, inviabilizando assim, nos lucros, a sua antiga profissão de comerciante de gado.

### **3 – O senso comum e a degeneração da história**

Fiz esta longuíssima introdução para voltar ao tema da auto-imagem histórica do brasileiro e particularmente a auto-imagem histórica do goiano.

Diferente dos roceiros do entorno de Brasília, nós aqui, professores e alunos universitários, temos uma carga de informações históricas incomparavelmente maior do que o Sr. Henrique Moreira, que por sua

vez é insuperavelmente mais safo que qualquer de nós no conhecimento agrostológico e ecossistêmico e fitoterápico e zoológico e botânico, úteis ao mundo em que vive.

Nada impede porém que nossa carga maior de literaturas as trabalhemos em sentido tão estereotipado quanto o Sr. Moreira, como é próprio da natureza e do sentimento humano, seja ele culto no domínio da escrita, seja ele culto no domínio da oralidade.

Em nenhum dos casos (novamente a imperfectível e diversa e desigual natureza humana), é impossível obter-se qualquer ciência humana sem passar-se pela tresloucada e comprometida figura de seu pesquisador. Fazer ciências humanas – acho eu, hoje – deve ser como a prática do exorcismo, a ex-conjuração tanto dos deuses quanto dos demônios da história, até começar a se ver mais limpamente, com mais intuição aquilo que é o metabolismo real do homem pensando sobre si próprio.

Nesse caso, ao pesquisar, refazer e escrever história, que é talvez a mais quântica reflexão do universo de Eisenberg, não posso deixar de pensar sobre mim próprio enquanto brasileiro e enquanto goiano deste horizonte histórico probabilístico e irrazoável, essa massa quente e informe da última década do milênio.

Mas prefiro abster-me de qualificar nossos lugares comuns, o discurso do senso comum, esse saco de gatos e pancadas que veste o flagelo de nossas auto-imagens neste fim de século.

Temos muito a aprender sobre o metabolismo das idéias, das ilusões, da confusa natureza humana. Despoluir-se para ver o que existe. Despoluir-se para a experiência imediata, para ver o neto ou bisneto mi-grando para as estrelas. Ou para não ver bisneto nenhum.

Antigamente chamava-se a isso Heurística do discurso. Hoje é despoluição mesmo, se é que resolve. Temos que parar urgentemente de procriar e de poluir.

#### **4 – Goiás: três revisões necessárias**

Nesse sentido há duas ou três coisas sobre a história de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e iluminados, para nosso deleite e sapiência, e para consumo de futuras gerações.

Um deles é o paradigma da *decadência* de Goiás no passado, que conforme o sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim (segundo uns até 1914 com a

entrada da estrada de ferro), segundo outros até 1937, com o Estado Novo e a construção de Goiânia.

Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados!

Outro perigoso buraco negro da história de Goiás que precisa ser urgentemente compreendido é o paradigma “Goiânia”.

E aqui a mitificação é mais complexa.

Diríamos, para não espichar o assunto, que a construção da nova capital se deu justo no bojo da fortíssima construção ideológica e institucional da Revolução de 30 e da ditadura de 37, que entre nós fixam, na verdade, a República autoritária e o Estado patriarcal brasileiro.

E processou-se em tais condições, que arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana.

E não só de continuidade: provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido com a velhice de dois séculos progressos de história. E a ruptura daquilo que hoje se chama goianidade, um desejo de identidade que Goiânia, banalizada como qualquer outra capital brasileira, deseja assumir tardiamente, para transformar em mito, para fins diversos, econômicos e culturais.

É muito provável que toda visão, toda interpretação, toda versão histórica, econômica, antropológica sobre Goiás, incluindo-se aqui o olhar astuto desta Academia, seja nos estudos de História, de Ciências Sociais ou os Literários, quase todos se fizeram com os óculos reducionistas, estadonovistas, da visão de poder de Goiânia.

O paradigma “Goiânia” vem claramente expresso em um ensaio do mestre de todos nós, Luis Palacín, quando confessa seu pasmo de não encontrar entre os goianienses qualquer traço que os ligasse à memória da mineração do século XVIII, e muito pouco que aludisse ao XIX. São os óculos de Goiânia. A visão estadonovista todo-poderosa de Goiânia. Em certo sentido, a ótica do opressor.

Que vemos hoje, de outro ângulo, onde pesquisei. Goiás-Velho, Niquelândia, o velho Descoberto de Porangatu, o arraial de Cavalcante,

e as regiões do Planalto: o Distrito Federal, Pirenópolis, Corumbá, Formosa, Luziânia, Bonfim, Cocalzinho...

Em todos esses lugares encontrei, após a necessária introjeção, o vernáculo da obscura goianidade, uma prosódia cultural descomplicada que considero ser mistério apenas na ótica goianiense. Encontrei tecidos históricos razoavelmente preservados, sobretudo nas memórias familiares.

O já citado Sr. Henrique da Silva Moreira, meu indigitado historiador, natural do município de Cocalzinho, nunca veio a Goiânia, nunca precisou de Goiânia. E segue sem maiores tropeços sua história de vida, desde o seu “bisoravô” Sebastião da Silva Moreira que em 1775 sesmariou mais de 100.000 hectares de terra em Santo Antônio do Descoberto, em que o “bisoraneto” nada veria para viver à larga e aprazível e pobre e viver feliz, do comércio de miudezas e de gentilezas.

Finalmente, há um último paradigma das contradições intelectuais de Goiás que encontramos disseminado também na historiografia do Brasil que é uma tal de *penetração do capitalismo*, seja em Goiás ou no Brasil. Há por aí ainda escritores assegurando que a permanência da escravidão até 1888 impedia o surgimento das sociedades de capital e do capitalismo no Brasil.

Pura invencionice histórica. Por falta de espaço não contestarei as bases teóricas desse exótico conceito penetrante. Vamos a exemplos práticos. Começemos por aquela perturbadora carta de Voltaire, o velho e bom Jean François Arouet, o campeão das liberdades humanas – em que se felicita a si próprio por ter salvo dezenas de africanos condenados à morte, seja em virtude de guerras tribais seja em virtude das periódicas crises de fome da África – para transportá-los para as Américas, onde bem recebidos e alimentados pelos fazendeiros

das Antilhas e do Brasil escapariam da morte certa em seus países. Era uma sociedade por ações em um navio negreiro. Ao tempo de Voltaire, o tráfico de negros era uma ação humanitária e ao mesmo tempo lucrativa, um negócio como outro qualquer, plenamente capitalizável nos termos da época.

Há outras informações que trabalham contra essa tese da *penetração do capitalismo* em Goiás. Em 1892, há cem anos, um membro da Comissão Cruls ficou estupefato ao constatar quanto havia subido o preço do boi em Goiás em decorrência das recentes cotações favoráveis da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Achamos, portanto, que tal *penetração do capitalismo* está pessimamente descrita, tanto na sua configuração geral quanto nos seus particularismos. Às vezes é confusão com o processo de modernização ou com os gigantescos empreendimentos colonizatórios que a região experimentou ao longo deste século, entre os quais Goiânia e Brasília.

O povo goiano não teve tempo para pensar em história. Esteve o século todo ocupado em construir cidades e montar fazendas.

Agora que essas coisas estão prontas é hora, talvez, de ter tempo para pensar em si próprio e encontrar sua imagem de história. ✨

*Palestra proferida no Departamento de Ciências Sociais da UFG em 19/06/93*